

MOÇÃO

Pelo Direito à Saúde e Contra o Desmantelamento do SNS na Península de Setúbal

«Considerando que:

1. A decisão do Ministério da Saúde de encerrar a urgência de Ginecologia e Obstetrícia do Centro Hospitalar Barreiro-Montijo, centralizando-a no Hospital Garcia de Orta (HGO), é um atentado direto à segurança e dignidade das mulheres da nossa região;
2. Esta urgência é um serviço vital que acompanha a mulher em todas as fases da sua vida. Centralizá-la não afeta apenas o momento do parto; compromete o atendimento urgente a patologias ginecológicas graves, rastreios e cuidados de proximidade que não podem esperar por deslocações penosas entre concelhos;
3. O encerramento no Barreiro é uma "morte anunciada" e fabricada: o Ministério promoveu a retenção de médicos no HGO através de incentivos que negou ao Barreiro, provocando deliberadamente a falta de equipas para depois justificar o fecho por "falta de segurança";
4. Esta manobra coincide com a escolha do Hospital Garcia de Orta para regressar ao modelo de Parceria Público-Privada (PPP). Ao "canibalizar" o serviço do Barreiro e concentrar toda a procura no HGO, o Governo está a engordar o caderno de encargos para tornar o negócio mais lucrativo para os grupos privados de saúde;
5. A saúde pública não é uma mercadoria e a dignidade das mulheres não pode ser uma variável de ajuste num balanço contabilístico que visa pavimentar o caminho da privatização.

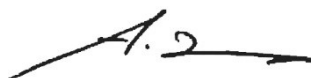
Assim, a Assembleia Municipal da Moita reunida em Sessão Ordinária, no dia 27 de fevereiro 2026, delibera:

- Repudiar de forma inequívoca o encerramento da urgência de Ginecologia e Obstetrícia do Barreiro e exigir a sua reabertura imediata com equipas reforçadas.
- Denunciar a estratégia de esvaziamento planeado do SNS na Península de Setúbal, que promove a desigualdade entre hospitais vizinhos para justificar cortes.
- **Apelar à participação de todos os cidadãos dos concelhos afetados na concentração que terá lugar frente aos Hospital do Barreiro no próximo dia 1 de março pelas 10 horas.**

Em caso de aprovação deve esta moção ser enviada para o ministério da saúde, grupos parlamentares na AR e órgãos sociais regionais e nacionais.»

Moita, 2 de março de 2026

O Presidente da Assembleia Municipal



António Duro